

Monitoramento suave

9 SET 1985

GAZETA

Já da Externa

por Cláudia Safatle
de Brasília

A visita que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, fez durante dois dias a Washington pode mudar as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional.

"Temos o direito de discutir o tipo de contrato que queremos e o tipo de relacionamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) com os países devedores. Queremos sair do clube dos devedores e desejamos um monitoramento mais suave do FMI", sublinhou ontem o ministro da Fazenda, em entrevista coletiva à imprensa.

Funaro esteve com o presidente do Federal Reserve Board, Paul Volcker, o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker III, e o diretor-gerente do

FMI, Jacques de Larosière, e acredita que eles estão convencidos de que o ajuste econômico que será feito internamente não poderá ser repentino, mas sim um programa para durar todo o período do governo do presidente Sarney.

Ainda não está claro que tipo de acordo com o Fundo será acertado ante a nova postura do governo brasileiro. Agora, o ministro da Fazenda trabalhará na transformação de suas idéias em providências concretas para levar ao FMI e aos bancos credores, na próxima reunião do Fundo, em Seul (Coréia do Sul), na primeira semana de outubro.

O ministro da Fazenda incluiu, no leque de alternativas que deve surgir após este primeiro contato com as autoridades norte-americanas e com o FMI,

até mesmo a possibilidade de o País chegar a um acordo de rolagem da dívida externa, por dezenas de anos, com os bancos privados credores, sem um programa formal e rígido com o FMI.

Esta sempre foi uma premissa básica para chegar a um entendimento com os credores privados, mas, entende o ministro, o País já superou essa fase mais grave e deve "sair do clube dos devedores".

Para isso ele conta com um importante poder de barganha: o fato de não estar pedindo dinheiro novo aos bancos privados neste ano e de não ter "uma necessidade imperiosa" de pedir dinheiro novo no ano que vem. "Quando precisar", insistiu o ministro a seus interlocutores, "eu pedirei."

Funaro acentuou que, após um profundo ajustamento externo por que passou a economia brasileira nos últimos quatro anos, "à custa de recessão e desemprego", o País é capaz de trilhar o caminho alternativo do crescimento econômico e da modernização do parque industrial.

Não levou números para negociar com o FMI e não autorizou a missão técnica que chega hoje a Washington a conversar sobre 1986, tarefa para uma missão técnica futura, se necessário. O ministro ateve-se ao papel de negociador de política econômica, cuja "opção definitiva é a do crescimento", e procurou mostrar que "não estamos assumindo um governo que pretende partir para caminhos desenvolvimentistas irresponsáveis, mas sim de um crescimento moderado com redução das taxas de inflação".

De Larosière o ministro ouviu colocações também duras, como a necessidade de um choque fiscal para

reduzir o déficit do setor público, contra o qual o ministro argumentou, sustentando que o Congresso Nacional não aprovaria um aperto violento na política fiscal, embora admita que algo precisa ser feito nessa direção.

Os interlocutores do ministro da Fazenda mostraram ainda forte preocupação com a prática generalizada da trimestralidade na política salarial e ficaram, por outro lado, bem impressionados com a política de desestatização da economia brasileira, através da venda de ações de empresas públicas, que Funaro relatou estar em curso, mas num processo que não ameaça a desnacionalização da economia.

O ministro foi taxativo quando assegurou que não assinará uma carta de intenção que não possa ser cumprida e concluiu que "gostaria de fazer um acordo com o Fundo, mais amplo e mais suave, que permitisse existir uma confiança mútua também dos bancos credores".

(Ver página 17)